

1885, Fernando Cabrita, Daniel Vazquez (paralelo), Miguel de Almeida (paralelo), José de Sena (paralelo), Henrique (paralelo) (paralelo),  
189, Vitor Pereira, Carlos Almeida, GBA, Vera Magalhães, Dito Caspary, Bernardo Melo Franco, Roberto Calvete (paralelo), GBA, Manoel Pereira, João Gueir  
192, Vera Magalhães, Fábio Oliveira, Paulo Costa, Bernardo Melo Franco, GBA, Carlos Alberto Sacramento, Eduardo Almeida, Paulo Cristóvão, 1998, Manoel Pereira, David Almeida, Bernardo Melo Franco

## FLÁVIA OLIVEIRA

flavia.oliveira@oglobo.com.br  
@flaviaoliveira



### Só o Rio explica

Poucos episódios escancararam tanto a política fluminense quanto a votação na Câmara dos Deputados que selou a permanência na prisão de Chiquinho Brazão por suspeita do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. No plenário, 277 votos confirmaram a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, a pedido da Polícia Federal e avalizada pela Procuradoria Geral da República. Na bancada do Rio de Janeiro, dos 46 parlamentares, apenas 18 concordaram em manter a detenção. Outros 18 votaram contra, dez se absteram ou falaram, indicio de alinhamento acanhado ao colega.

O enfrentamento entre Poderes não é suficiente para explicar por que seis em dez deputados federais do Rio ficaram ao lado de um dos suspeitos de ser o mandante do crime que tirou a vida de uma vereadora no exercício do mandato. A queda de braço entre Legislativo e Judiciário, entre parlamentares e ministros do STF, Moraes em particular, se desenrola há muitos meses. Não é segredo que, sempre que pode, o Legislativo busca alguma medida para sinalizar insatisfação com julgamentos e decisões monocráticas. Aconteceu com o marco temporal na demarcação de territórios indígenas; com a criminalização da posse de drogas para uso pessoal; com mandados de busca e prisão de parlamentares.

Expressar insatisfação com a instituição vizinha ou duvidar das conclusões de uma investigação não tornam menos assombroso o alinhamento de uma maioria parlamentar a um suspeito de feminicídio político. Marielle Franco foi fuzilada — e com ela, o motorista Anderson — por assassinos de aluguel num crime cuidadosamente planejado, meses de um mês depois do início da intervenção militar na segurança pública do estado. O primeiro ano de investigação, com esforços de duas procuradoras do MP-RJ, Simone Sibillo e Leticia Emile, deu na prisão dos autores, em 2019.

No ano passado, a entrada da PF no caso revelou, pela delação de Elcio de Queiroz, um dos homicidas à espera de julgamento, a tela que envolve a indústria da morte no Estado do Rio. O delator expôs com detalhes as conexões entre milícia e tráfico, roubo e clonagem de veículos, contrabando de armas, destruição de provas, monitoramento de vítimas e emboscada.

Na sequência foi a vez de Ronnie Lessa, o atirador, apontar mandantes e motivação, numa delação, até aqui, só parcialmente conhecida. No relatório da PF que embasou as prisões de Chiquinho Brazão, deputado federal, Domingos Brazão, conselheiro do TCE, e Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil do Rio, só há informações de dois de sete autores. Datas e locais de encontros entre os envolvidos não foram revelados. Só quando a denúncia for apresentada o sigilo será derrubado.

## PEDRO DORIA

pedro.doria@oglobo.com.br  
@pedrodoria



### Por que Musk ganhou

Elon Musk não é chefe de Estado, não preside nenhum país. Nenhuma das empresas tem embaixada no Distrito Federal com diplomata instalado e credenciais oficialmente reconhecidas. Ele é, além de muito rico, um sujeito que passa parte de seus dias no Twitter (ou X) procurando briga. Qualquer um que o acompanha sabe disso. Não há dia em que não dispare desaforos na direção de alguém. Uns dão trela, outros não. Ele não é único



Mas PF, PGR e STF concordaram em levar à prisão três nomes que, relacionados ao assassinato de Marielle, destampam o caldeirão que, no Rio, mistura política, crime organizado e polícia. Por cinco anos, a sociedade, no Brasil e lá fora, cobrou respostas sobre mandante e motivo da execução. Apontado o caminho, homens públicos do Rio tinham o dever de atuar para extirpar a promiscuidade entre poder político e grupos armados que dominam e exploram porções cada vez maiores de territórios da Região Metropolitana.

Marielle teria morrido por incomodar transações fundiárias da milícia a que os irmãos Brazão estariam ligados, segundo a PF. A influência da família na região de Rio das Pedras e Jacarepaguá é conhecida. Muitos políticos tinham os Brazões como passaporte para entrar, fazer campanha, promover ações nas comunidades da área. Isso explica, mais que a briga entre Poderes, os votos favoráveis de deputado ou as omissões e ausências no plenário da bancada do Rio.

No momento seguinte à prisão, tanto o governador Cláudio Castro quanto o prefeito Eduardo Paes, da capital, silenciaram. Paes demitiu semanas antes Brazão da Secretaria de Assistência Social. Na votação em Brasília, o PSD, seu partido, votou maciçamente pela prisão, tal como MDB e as le-

gendas de esquerda, PT e PSOL à frente. No PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, predominou o "não". É do partido o principal adversário de Paes na campanha à reeleição, o delegado Ramagem. Pré-candidato à Prefeitura, ele votou por libertar Brazão, tal como Gutenberg Reis, irmão de Washington Reis, ex-prefeito de Duque de Caxias; Danielle Carneiro, ex-ministra do Turismo e mulher de Waguinho, prefeito de Belford Roxo; Dani Cunha, filha de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara. Washington Quaquá, que deve disputar a Prefeitura de Maricá, não compareceu à votação.

Estão todos expostos ao escrutínio dos eleitores pelas escolhas que fizeram. O ano é eleição municipal, a agenda que mais se relaciona à regulação sobre posse e ocupação de territórios. Se os mandantes do assassinato de Marielle e Anderson, hoje, estão presos à espera da conclusão das investigações que podem indicá-los, denunciá-los, julgá-los e condená-los, é por causa de famílias, organizações sociais, formadores de opinião, investigadores e políticos locais e internacionais que não descansaram por seis anos cobrando a elucidação do crime. Foi a mobilização intensa dessa gente que, também anteontem, manteve Brazão na prisão, mesmo com toda a pressão pela liberdade. Em silêncio não se vence.

O truque para fazer a história colar é torná-la simples. Mensagens, pelas redes sociais, precisam ser diretas e verossímeis. Quando Musk mordeu a isca dos bolsonaristas e lançou um ataque às decisões do STF de cassar contas nas redes sociais, foi o primeiro passo. Mas foram STF e Planalto que transformaram o rompante infantil de um bilionário em crise política.

STF e Planalto decidiram transformar o rompante infantil de um bilionário em crise política. Tivessem ignorado, o assunto já teria desaparecido. É importante chamar o que Musk fez pelo nome. É um rompante, só isso.

Ele ameaçou, mas até agora não desobedeceu às ordens da Corte. Ou quase — deixou um bloqueio bandido fazer uma live de uma hora, e só. Gesto para animar as torcidas pró e contra. Para agitar a rede, esquentar as coisas. Musk vive disso. O Brasil, não. E, ainda assim, o país é o segundo em presença de usuários na sua rede. Ser suspensa por ordem judicial faria a empresa sangrar.

Os deputados bolsonaristas souberam aproveitar a crise artificial. Fizeram pres-

## BERNARDO MELLO FRANCO

bernardo.mellofranco@oglobo.com.br  
@bernardomellofranco



### Palavra do Zero Um

Flávio Bolsonaro deu sua palavra. "Eu não defendo milícia. Nunca defendi", disse na segunda-feira, em entrevista ao programa Roda Viva.

O senador já empregou a mãe e a mulher de um dos mais famosos milicianos do estado. Ainda foi à cadeia conceder-lhe com uma moção de louvor por "dedicação, brilhantismo e galhardia".

Como deputado estadual, ele defendeu a legalização dos grupos paramilitares que impõem o poder pelo medo. Alegou que o Estado não teria condições de garantir a segurança em todas as favelas do Rio.

Seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, nunca fez questão de esconder a simpatia pelos bandos armados. "Naquela região onde a milícia é paga, não tem violência", declarou o capitão. A frase é de fevereiro de 2018, quando ele já rodava o país como pré-candidato ao Planalto.

Questionado sobre a aliança de longa data, Flávio alegou no Roda Viva que os milicianos de hoje seriam piores que os de ontem. "A pessoa era uma coisa e depois muda. Eu tenho que ser responsabilizado por isso?", perguntou o Zero Um.

A resposta foi dada dois dias depois, no plenário da Câmara.

De 513 deputados federais, 129 votaram a favor de soltar o colega Chiquinho Brazão, apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. O cordão da impunidade foi puxado pelo PL, partido do capitão e dos filhos.

Em vídeo para as redes sociais, o deputado Eduardo Bolsonaro conclamou os aliados a se unirem para libertar o acusado de duplo homicídio. A causa mobilizou toda a bancada bolsonarista, do general Eduardo Pazuello ao delegado Alexandre Ramagem.

Ao pedir a prisão preventiva de Brazão, a Procuradoria Geral da República afirmou não ter dúvidas do seu envolvimento com a milícia, em "cogestão ilícita" de barros e favelas cariocas.

Na próxima entrevista, o Zero Um repetirá que não defende a milícia. Nunca defendeu.

são no presidente da Câmara, Arthur Lira, para que ele arquivasse o Projeto de Lei de Regulação das Redes Sociais — aquele que poderia ter regulado as redes. Isso quer dizer que o Congresso não as regulará neste ano. Quer dizer, também, que o STF assumirá para si o trabalho, criando regras que ampliem a responsabilidade das grandes plataformas digitais ao julgar ações relativas ao Marco Civil da Internet.

Pode parecer paradoxal, mas é tudo o que os autoritários querem. Essa é a convicção do deputado Orlando Silva (PCB-RS), relator do projeto entrado. E não apenas dele — é a convicção, até, de gente dentro das plataformas. Os bolsonaristas querem que o STF imponha regulação porque a história de que o Supremo quer controlar o que se fala nas redes vai ficando mais forte, mais plausível.

Fariam bem, tanto STF quanto Planalto, se agissem menos com o fúgado, se resistssem mais à tentação de se misturar com a briga de lama das redes. Fariam ainda melhor, os ministros do Supremo, se comesçassem a agir com transparência. Explicando com clareza quem censuram e por quê. A democracia respira melhor à luz do sol.

